

Por que retroceder no campo de energias?

WASHINGTON NOVAES

Se a notícia não estivesse estampada em jornais e sites de organizações sociais (ISA, 21/1), seria difícil acreditar que a Presidência da República houvesse vetado vários pontos do Plano Plurianual (PPA), “com foco em objetivos, metas e iniciativas para o setor de energia elétrica”. E todos os vetos dizem respeito às energias renováveis não hidráulicas e às energias alternativas. Não houve vetos para termoelétricas e hidrelétricas.

O Objetivo 1.169 do programa é voltado para “promover o uso de sistemas e tecnologias para inserir a geração de energias renováveis na matriz elétrica brasileira”. Ele inclui a adição de 13.100 megawatts de capacidade instalada de geração de energia a partir de fontes renováveis, incentivo ao uso de fonte solar e, talvez o veto mais grave, o incentivo ao uso de fontes renováveis por meio de geração distribuída – caminho extremamente promissor para o Brasil.

As reações foram contundentes. Para o professor Paulo Artaxo, da USP, os vetos contrariam as posições assumidas pelo Brasil na reunião da Convenção do Clima em Paris (quando se comprometeu a aumentar a parcela das renováveis na matriz energética) e, da mesma forma, nos últimos leilões de energia, que dão prioridade às energias renováveis. Também não faz sentido o veto ao incentivo ao uso da modalidade solar fotovoltaica para geração de energia. O diretor executivo do Centro Brasil no Clima, Alfredo Sirkis, entende o veto como “surrealista, meio incompreensível”. Até mesmo porque a meta brasileira declarada no ano passado era de chegar a 45% de energias renováveis na matriz.

Em 2014 o País já foi o quarto colocado na expansão da energia eólica no mundo, onde as renováveis devem chegar a 36% no mix energético – o que elevaria o PIB global em até 1,1% ou US\$ 1,4 trilhão (Agência Internacional de Energias Renováveis). Mas pelo andar retrógrado da carruagem no veto, vamos na direção contrária, embora o benefício da implantação de renováveis seja estimado em três a quatro vezes mais que o impacto sobre o PIB (a-

vivcomunicação, 18/1), sobre a geração de empregos e ao reduzir no mundo o uso de carvão e de petróleo.

Hoje, as eólicas no Brasil estão em torno de 6% da matriz, com 9 gigawatts. Este ano deverão ser acrescentados mais 2,7 mil MW ao parque eólico (**Estado**, 10/1). Para o próximo ano estão previstos (Plano Nacional de Operação Elétrica) mais 2,9 mil MW para a matriz de 140 mil MW (91 mil MW de hidrelétricas). A forte expansão das eólicas se deve a que seus projetos preveem preços inferiores (R\$ 210 por megawatt-hora no último leilão) aos de geradoras a biomassas (R\$ 280) e de energia solar (R\$ 320). No Nordeste brasileiro, esse avanço das eólicas tem ainda como uma de suas causas as fortes secas na re-

Inacreditáveis os vetos da Presidência acerca das fontes renováveis e não poluentes

.....
gião, as maiores em mais de 80 anos, afetando as hidrelétricas.

No mundo já existem 30 mil turbinas eólicas. A China é a maior geradora no setor, mas a Dinamarca tem a maior participação (30%) de eólicas na matriz. E até 2020 a previsão é de que a energia dos ventos gerará 12% do total mundial – embora países como a Índia planejem abrir a mineração de carvão (a fonte mais poluente) a empresas privadas (centenas de milhões de pessoas na Índia não dispõem de energia elétrica).

A hidrelétrica de Itaipu, no Brasil, ao contrário, pretende instalar em parte do seu estacionamento uma microgeradora com 78 painéis movidos a energia solar. As microgeradoras com consumo local e distribuição pelas redes da parte excedente da geração são um amplo caminho aberto para a energia no Brasil. Permitem gerar a energia no próprio local de consumo, principalmente propriedades rurais, a partir de biogás (que pode vir de dejetos animais, palha de cana e sobras de outras colheitas, entre outros formatos). O câmpus do Fundão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, implantou no ano passado 414 painéis fotovoltaicos, com produção de 140 mil kWh em 2015.

No mundo, diz *The Sidney*

Morning Herald (4/1), os preços da energia solar caíram 20% em um ano. Com isso, a solar e a eólica devem superar o carvão em 2020 como fonte. Uma usina de 500 megawatts está sendo construída na Índia. E o país espera chegar a 100 gigawatts de capacidade solar em 2022, com preços baixando. Dessa forma, será mais barata que a do carvão até em residências.

Entre nós, o grande desafio para as eólicas tem sido instalar linhas de transmissão, como no Nordeste. Na Bahia há um gargalo para 493 MW e 164 parques em construção, além de 46 parques eólicos com potência instalada de 1,2 GW; no Rio Grande do Norte são 4 GW cadastrados. O volume total de eólicas contratado em três leilões em 2015 chegou a 4 GW cadastrados e 1,2 GW contratados, que se traduzirão em 17 mil empregos, R\$ 7 bilhões em investimentos e 2,5 milhões de casas abastecidas, que evitarão a liberação de 2,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono.

Além disso, o BNDES liberou até setembro (**Estado**, 10/9/15) R\$ 1,07 bilhão para três projetos eólicos, chegando ao total a R\$ 3,4 bilhões – que poderiam atingir R\$ 5,5 bilhões até o fim do ano. Em 2014 foram R\$ 5 bilhões. Para seis complexos eólicos em Campo Formoso (BA) também foram liberados recursos.

O ângulo das emissões evitadas com projetos de energias alternativas e não poluentes é hoje decisivo. A temperatura global continua subindo (0,6 grau Celsius em 2014 e 0,72 grau em 2015), com recordes negativos em sucessão. Para 2016 está previsto aumento de 0,84 grau, comparado com o do período 1961-1990. Nesse quadro, influi a maior participação de poluentes gerados pela queima de carvão e combustíveis fósseis. Torna-se, então, vital aumentar a participação de energias alternativas, não poluentes, no quadro global. Esse é um dos temas centrais hoje no mundo.

Infelizmente, os vetos presidenciais nos mostram regredindo nessa área e na qualidade do ar que respiramos. E tome mais hidrelétricas a carvão. Como explicar o veto?

 JORNALISTA
E-MAIL: WLRNOVAES@UOL.COM.BR